

## O SPN e o SNI na encruzilhada do livro: António Ferro e o campo oficial da edição no Estado Novo

No quadro do projecto de aglutinação orgânica da política de exaltação das virtudes do Estado Novo, a actividade dos seus serviços de propaganda, nomeadamente o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois renomeado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), traduziu, sob a liderança do seu primeiro director, António Ferro, um dinamismo que não conhecerá par na relação do regime com o livro e o sector da edição. O acto fundador que criou o SPN em 1933 incumbiu o novo organismo do Estado de «integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação»,<sup>1</sup> ficando aquele na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, logo, de Salazar (Paulo 1994; Acciaiuoli 2013). Ferro baptizou a matriz filosófica da recém-criada instituição de «Política do Espírito», apontando um verdadeiro imperativo a consumir governativamente (Ferro 1935, 1943 e 1948), imiscuindo no cadinho salazarista propaganda e política cultural. António Ferro gizou e assumiu um programa que aspirava a infundir no salazarismo «um ‘projecto cultural’, combinando habilmente recursos estéticos modernos com um programa nacionalista de ‘reinvenção da tradição’ que excedeu largamente as necessidades de propaganda interna e externa» do Estado Novo (Pinto 2000, 408). Depois de um período de grande intensidade e concretizações, em 1944 o SPN passou a SNI, permanecendo até 1950 sob a tutela de Ferro, que se adaptou

---

<sup>1</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 23 054, *Diário do Governo*, 25-10-1933, p. 1675. Na alínea *b*) do artigo 4.º determina-se que uma das competências do SPN consiste em «[f]omentar a edição de publicações que se destinem a fazer conhecer a actividade do Estado e da Nação Portuguesa».

«à nova imagem de eficiência e racionalização que Salazar [...] procurara instituir como novo modelo político» (Trindade 2008, 299).

Uma das vias através das quais o dispositivo de propaganda da ditadura salazarista procurou materializar dois dos seus eixos, o proselitismo orgânico e a glorificação do Estado Novo, correspondeu ao recrutamento de figuras do mundo literário para engrossarem as suas fileiras de apoiantes, demandando uma legitimidade ancorada no interior do próprio campo. Foi essencialmente por esta óptica que o estatuto intelectual do trabalho ligado ao livro foi considerado pelo SPN e SNI. Durante a sua vigência, mesmo para além do consulado de António Ferro, o organismo inovou muito pouco no atinente a aspectos cruciais no âmbito do universo do livro, caracterizando-se a sua acção por um vazio de medidas relativamente, por exemplo, à legislação incidente no direito autoral e no direito editorial. Em termos de prática política centrada no livro como campo ao qual se poderiam destinar propostas de estímulo, a intervenção do SPN e do SNI dirigiu-se sobretudo à criação, cingindo-se fundamentalmente à promoção da produção autoral, presumindo um esforço de cooptação e de edificação de uma galeria de obras apropriáveis pela propaganda através da instituição de prémios literários e temáticos, assegurando a publicação das obras vencedoras.

Na senda de uma hegemonização cultural, o regime autoritário procurou – pelo menos, numa primeira fase, nos anos 1930 – imiscuir-se no campo intelectual e da produção literária, imaginando-se capaz de suscitar adesão e colaboração ratificadora dos seus pressupostos e ambições. Uma das figuras que corporizaram esta demanda de maneira mais porfiada e criativa foi, indubitavelmente, Ferro, que procurou seduzir e integrar nas práticas e representações do Estado Novo agentes da esfera da literatura e do mundo intelectual, assimilando essa presença a uma legitimação das políticas culturais que empreendeu. Significativamente, uma das formas que promoveu como mecanismo consagrador e de recrutamento através do qual pretendia ritualizar e instrumentalizar essa adesão foi a do prémio atribuído à produção escrita. O SPN e o SNI monopolizaram o uso deste dispositivo de arregimentação e de outorga de legitimidade. É com Ferro a dirigir os destinos do organismo que se inauguram praticamente todos os prémios entre 1934 e 1945: Prémio Antero de Quental, na poesia; Prémio Alexandre Herculano, na história de

Portugal; Prémio Eça de Queirós, no romance; Prémio Fialho de Almeida, no conto ou na novela; Prémio Camões, na obra de literatura ou ciência editada no estrangeiro sobre Portugal; Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho, na literatura para a infância; Prémio Pêro Vaz de Caminha, nas relações luso-brasileiras; Prémio Anselmo Andrade, na doutrina política (SNI 1966).

A instituição de quase uma dezena de prémios nos domínios da literatura e da ensaística não foi recebida com entusiasmo pelo universo social que pretendeu interpelar (Reis 1996; Ramos do Ó 1999). A indiferença, distanciamento declarado ou simples alheamento pautaram a relação maioritária do campo cultural da produção escrita com os prémios patrocinados pelo Estado Novo. Muitos dos potenciais premiáveis mais desejados, não raro incensados por António Ferro, primaram sistematicamente pela ausência das candidaturas, o que não ajudava à sua regularidade de atribuição. As diligências do SPN e do SNI tendentes à recomposição do campo cultural da produção escrita mediante o recurso ao prémio enquanto instrumento simbólico e de cooptação política fracassaram. Isto mesmo foi assumido por Ferro aquando da sua saída do SNI, reconhecendo que autores e intelectuais «de orientação discutível mas de inegável talento [...] por desdenhosa atitude olímpica ou falsa posição ideológica, se revelaram, se impuseram sem nunca terem concorrido aos nossos prémios» (Ferro 1950, 140).

A dinâmica de actuação do SPN e do SNI não se esgotou, é certo, nos anseios de inscrição da sua lógica de captação de valores da criação na arena das legitimidades. Também se verifica no que se refere à edição de livros, sob morfologia variada. Preferindo a impressão própria, o órgão de propaganda e política cultural de Salazar suscitou proposição doutrinária e divulgação ideológica estribada na concretização da ideia de um conjunto de intérpretes integrado organicamente que fosse capaz de engendrar um *corpus* de títulos que simultaneamente se pudesse oferecer ao leitor e concorrer na arena intelectual. A doutrina e a ideologia são, com efeito, dimensões axiais nos pressupostos editoriais do órgão liderado por Ferro. Como denotação fundadora, regista-se o facto simbólico e representativo de que «o aparecimento do *Decálogo do Estado Novo*, publicado em 1934 e rapidamente traduzido, marca a estreia oficial na edição com a cartilha magna do salazarismo» (Medeiros 2015, 22).

A doutrina e a ideologia são o esteio de várias colecções do SPN e do SNI, publicadas ao longo dos anos 1930, 1940 ou 1950, cuja razão de ser assentou na configuração e caução de uma linha puramente política. Neste sentido, a lógica editorial da propaganda aspirava a originar séries reconhecíveis e que oficializassem o desenho do projecto de pensamento salazarista, tais como «O Pensamento de Salazar», «Documentos Políticos»,<sup>2</sup> «Cadernos da Revolução Nacional», «Cadernos do Ressurgimento Nacional» e «Defesa do Ocidente». A colecção «Defesa do Ocidente» é a única deste lote editada com chancela das Edições Panorama, marca editorial do SNI que surge como sucedâneo da revista com o mesmo nome (*Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*).<sup>3</sup> Para além da publicação dispersa de obras e de colecções de jaez popular, como os «Cadernos do Povo» (colecção dada à estampa em dois anos apenas, 1944 e 1945), o SNI funda as Edições Panorama, que procurou instituir como o seu braço editorial. O ano de 1951 é o ano seminal, publicando-se sob esta chancela a colecção «Panorama» e a colecção «Páginas Portuguesas», um prolongamento actualizado da colecção «Idearium – Antologia do Pensamento Português», editada entre 1945 e 1948 com chancela SNI.

Possuindo como incumbência a consagração do Estado Novo e da sua matriz política, o SPN e o SNI integram as actividades culturais num modelo baseado na propaganda como suporte legitimador do que no seu entendimento corresponderia à «alma portuguesa», erguendo um aparato conformado pela defesa essencialista da nação enquanto decorrência histórica inevitável e ancestral, isomorfismo étnico enquanto fonte da cultura genuinamente portuguesa e ordem personificada na figura tutelar e patriarcal do chefe. Este conjunto de princípios traveja directamente colecções de livros como a emblemática «Pátria», de timbre manifesta e enfaticamente nacionalista sobre Portugal e a sua história (Ribeiro 1994), em que se hipervalorizam princípios como a autoridade e o providencialismo (SNI 1948, 11-14). Sai do prelo pela mão do SPN pela primeira vez em 1936, agregando mais de quatro dezenas de títulos de uma única autora: Virgínia de

---

<sup>2</sup> Tanto a colecção «O Pensamento de Salazar» como «Documentos Políticos» começam a ser publicadas logo em 1934.

<sup>3</sup> Para um aprofundamento analítico desta revista, v. o capítulo de José Oliveira e Israel Guarda, «A revista *Panorama* (1941-1973): um projecto editorial de longa duração», neste livro.

Castro e Almeida. Neste âmbito e sempre sob a égide editorial do SPN (e posteriormente do SNI) saem duas colecções nos anos 1940: a colecção «Grandes Portugueses», encetada em 1943, e a colecção «Grandes Portuguesas», aparecida no final da década, em 1949. Sob vigência do SNI, a partir de 1944 prossegue a intervenção editorial do organismo, começando a detectar-se os primeiros sinais de um fôlego tipográfico em quebra progressiva.

Mau grado a actividade do SPN e do SNI no domínio editorial e, mais latamente, no do livro, cuja dinâmica esmorece claramente com a saída do seu primeiro director, em 1949, saliente-se que o Estado Novo nunca sedimentou para lá das diligências do consulado de António Ferro uma prática reiterada e consistente de olhar para o livro como instrumento de hegemonização cultural e disseminação ideológica, não obstante algumas tentativas, votadas geralmente ao insucesso e à inconsequência. Mesmo a acção de Ferro encontra-se por definição circunscrita às delimitações programáticas e funcionais do organismo que dirigiu, à correlação de forças com que teve de se confrontar no exercício das suas funções e à gestão das críticas que recebeu durante o período em que esteve à proa do SNI (Ó 1999).

Daí, talvez, se explique o tempo de aparecimento e o tipo de série que foi a colecção «Política do Espírito» (1948-1950), criada no término do período em que Ferro exerceu a mais alta função no organismo e posicionando-se inequivocamente como uma espécie de legado do seu primeiro director, na medida em que se compôs exclusivamente de volumes da autoria do próprio António Ferro versando tematicamente a sua obra no SPN e no SNI. A necessidade de falar sobre o trabalho efectuado não deixa de corresponder a uma estratégia de afirmação face à frustração – que Ferro fez questão de não disfarçar – ditada pela trajectória de afastamento entre as suas pretensões e o curso do próprio regime, acompanhada pelo incómodo crescente das críticas e da deterioração vivida na ligação a Salazar (Acciaiuoli 2013).

Longe iam seguramente os tempos em que um motivado director do SPN vertia nas páginas do antenúmero simultâneo dos periódicos *Espírito: Revista de Cultura* e *Bandarra: Semanário Literário*,<sup>4</sup> em 30 de

---

<sup>4</sup> Neste antenúmero, cujo modelo de apresentação gráfica é rigorosamente o mesmo para as duas publicações, *Bandarra* e *Espírito* (excluindo o título da própria

Junho de 1934, um verdadeiro programa para a renovação e reabilitação de uma indústria gráfica, na qual propunha com veemência um conjunto de medidas que incluíam a criação «imediate» de uma escola profissional em Lisboa que oferecesse aos operários das artes gráficas «a possibilidade de tecnicamente se educarem na sua especialidade» (Ferro 1934, 1) ou a activa fiscalização e responsabilização de práticas consideradas por Ferro como atentatórias da dignidade profissional dos trabalhadores do sector, como a «do industrial pouco escrupuloso que abusa e explora o trabalho da *mulher* e muito especialmente do *aprendiz* [...] exigindo-lhe[s] trabalho retribuído por baixos salários ou por empreitadas violentas» (Ferro 1934, 2). O manifesto de dez pontos que faz desfilar no fim das quatro páginas dedicadas ao tema contempla propostas concretas dirigidas à indústria da impressão no seu conjunto (como a revisão das pautas aduaneiras com incidência na importação de papel), com claras consequências ao nível da edição, incluindo igualmente medidas dirigidas especificamente aos editores:<sup>5</sup> «redução dos portes das publicações portuguesas» e promoção da sua expansão «por meio de convenções literárias» (Ferro 1934, 4). Neste texto, Ferro exhibe uma valorização das artes gráficas, que fez derramar com apuro em muita da produção impressa do SPN e do SNI, desde o forte investimento na proposta gráfica de muitas publicações, incluindo revistas, até à aposta em fórmulas, suportes e géneros representativos do seu cunho editorial baseado também numa cultura impressa visual, como os fotolivros e álbuns assentes na fotografia e na imagem.

Na verdade, e na contramão desta tomada de posição de Ferro no início do seu consulado no SPN e no SNI, a relação com o livro que ao longo da sua duração a ditadura estabeleceu e se tornou praticamente única a partir de certa altura é a da opção por uma lógica represiva, colocando em cena e desenvolvendo dispositivos normativos de

---

publicação), António Ferro, que já dirigia o SPN, tece uma narrativa desligada das instituições públicas, como se pretendesse assumir uma voz excêntrica às baías do Estado e procurando mesmo interpelá-lo. Quem sabe, se para reforçar alguma espécie de expectativa de intervenção que acalentasse numa fase inicial do seu papel num alto organismo público. Não por acaso, aparece em ambas as publicações como director, editor e proprietário.

<sup>5</sup> Sobre os editores, postula Ferro sem tibieza discursiva que ao «Estado compete protegê-los [*sic*] generosamente» (Ferro 1934, 4).

controlo e vigilância como a aposta na censura *a posteriori* (depois do livro editado),<sup>6</sup> espalhando no terreno a polícia política, dando cobertura a confisco de livros nas empresas de produção e venda de livros e encarcerando editores e livreiros sem culpa formada por delito de opinião ou publicação e disseminação de material proibido e, em geral, dando azo a uma panóplia de suporte legal e de procedimentos concretos de perseguição e dissuasão em que participavam activamente os serviços de alfândega, os correios ou a rede de informadores e delatores individuais ou colectivos (Medeiros 2010a). Quando passou, em 1944, a designar-se SNI, o próprio organismo abandonou a propaganda e abraçou a informação, operando-se não uma mera guinada cosmética com efeitos numa designação institucional tornada caduca pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial, mas uma efectiva transformação inserida no cômputo de modificações no fortalecimento de um aparelho de controlo da informação. Daí a passagem dos Serviços de Censura para a alçada do SNI, sinalizando uma escolha crescentemente guiada pela preocupação repressiva.

As questões e os problemas inerentes ao livro enquanto objecto de política, à sua circulação e ao sector que em torno dele gravitava parecem nunca ter merecido do Estado Novo uma vontade claramente discernível de resposta e de acção governativa excêntrica às premissas repressivas (Medeiros 2015). Durante a vigência do período autoritário o «governo não encomendou quaisquer estudos extensivos sobre o comércio do livro português, demonstrando que as autoridades portuguesas estavam menos preocupadas com o sector do livro do que com o seu uso para razões políticas» (Rendeiro 2010, 94).

Existe, evidentemente, uma actividade editorial extensa promovida ou patrocinada pelo Estado (*Actividade Editorial do Estado*, 1969), traduzida numa miríade de publicações levadas a cabo pelos organismos governativos, frequentemente sem qualquer planificação nem consistência nos seus temas e na sua duração, correspondendo

---

<sup>6</sup> A censura antes da publicação estava legislada apenas para os livros para a infância e para os de temática social e económico-política. Se, para este último tipo de livros, a relação com os serviços repressivos é essencialmente *de jure*, já que cabia em boa medida aos próprios editores a categorização temática dos livros que davam à estampa, para os livros destinados às crianças vai ser instituída e posta em prática uma orgânica efectiva de censura prévia, levada à prática a partir de 1952 pela Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores (Medeiros 2018, 158-165).

muitas vezes a actos isolados ou a desígnios inconsequentes. Ressalvem-se excepções significativas a este princípio ilustradas por projectos persistentes na consistência e capazes de perdurar, mesmo se por poucos anos, produzindo *corpora* de títulos nos quais são discerníveis uma filosofia e um propósito de infusão de mensagem através de uma pegada editorial planeada. São, neste particular, de destacar as séries editadas por organismos como a Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar, a Junta Central das Casas do Povo e o Ministério da Educação Nacional (no quadro do Plano de Educação Popular e da Campanha Nacional de Educação de Adultos) (Medeiros 2010a e 2015).

O que não existe na actuação do regime relativamente ao universo do livro, da leitura e da edição – tomados como objectos de desenho político para resolver problemas decorrentes das debilidades do contexto e das disfunções do mercado – é a emergência de uma visão de conjunto consistente e enquadrada institucionalmente. O Estado Novo nunca correspondeu, portanto, a um período em que se tenha verificado uma afirmação dos poderes públicos no domínio do livro traduzida numa acção assumida e determinada, susceptível de carrear para o sector da edição propostas que o dinamizassem no pressuposto do desenvolvimento de uma indústria do livro. Até ao seu colapso, o regime manterá esta relação de passividade e distanciamento, exibindo medidas desconexas, isoladas e intermitentes.

É verdade que, num primeiro momento depois da constitucionalização estado-novista, o poder instituído procurou estabelecer uma articulação com o meio editorial nos termos de uma cooptação estratégica para fins de representação político-simbólica e de propaganda. Os propósitos da ditadura residiam na sua putativa capacidade de convencer um conjunto alargado de editores a embarcar num projecto de edição e comercialização de literatura que reproduzisse e exaltasse o receituário salazarista ou, pelo menos, que fosse inequivocamente compatível com ele, mas que fizesse igualmente uma apologia vincada de textos clássicos e de obras que defendessem os valores definidos como tradicionais e inerentes ao povo português e que proclamassem desígnios nacionais como o nacionalismo corporativo (Medeiros 2010a e 2010b).

Na sua própria perspectiva, porém, a eficácia do Estado Novo em termos da sua ligação ao sector do livro pautou-se por um falhanço

fragoroso, sinalizado no insucesso da arregimentação e adesão generalizada dos editores (para a edição) e livreiros (para a divulgação) no âmbito de certos projectos que a espaços e numa primeira fase o poder instituído chegou a almejar. O transcurso dos anos exhibe não apenas o estiolamento de um projecto de constituir e disseminar um fundo editorial oficial concebido e impresso pelo Estado, mas também evidencia o fracasso do regime na senda de uma intervenção capaz de congregar as gentes do livro, demonstrando debilidades persistentes na mobilização dos editores e livreiros para se alinharem com iniciativas do Estado Novo no âmbito do livro.

Esta circunstância não significa que durante o regime salazarista a grande maioria dos editores se lhe opusesse. Muitos optaram estrategicamente por uma neutralidade que não antagonizasse as intenções de quem governava, pautando a sua actividade por um semidistanciamento que permitisse uma interacção com as iniciativas do Estado, como o fornecimento de livros por encomenda deste, a colaboração directa ou indirecta com feiras e exposições organizadas ou promovidas por entidades públicas ou a participação nos concursos para produção dos manuais escolares únicos. Outros membros da comunidade editorial não deixaram de subscrever o conjunto de princípios do regime autoritário ou veneraram as suas figuras de proa. O que é certo, todavia, é que a larga maioria das editoras não se deixou vencer pelo reduzido número de projectos públicos de dinamização da edição (Medeiros 2010a e 2018). Muitas casas editoriais, como se sabe, orientaram a sua actividade por um *ethos* de resistência, contrapondo – de maneira mais ou menos subtil – os pressupostos do Estado Novo com a sua obra publicada e posta a circular.

Na sua relação com o livro o Estado Novo apenas a espaços e de forma descontínua e sem alicerce programático reiterado se aventurou timidamente pela lógica governativa de apoio e fortalecimento do sector, nunca tendo assumido claramente opções políticas de fomento e de enquadramento corrector das disfuncionalidades de mercado ou dos problemas concretos do negócio. O caminho percorrido face ao livro em termos da produção editorial e da circulação livreira foi diligenciando cada vez mais unívoca e indisfarçavelmente numa direcção repressiva e de silenciamento de tudo quanto fosse visto ou classificado como dissensão. O panorama que se desenhou foi o da ausência de uma política cultural para o livro e para o circuito

da sua produção e venda, sempre preterido (ou inexistente) por um regime que foi hesitando entre a preferência pela doutrinação e a inclinação para a perseguição.

É sintomática a ausência durante todo o período autoritário de um órgão ou agência governamental cuja incumbência fosse a da administração concreta de um projecto político de apoio ao sector do livro. O SPN e o SNI nunca corporizaram esse projecto, preferindo inscrever a sua actividade numa tutela propagandística destinada à globalidade do universo cultural. Nessa medida, este organismo não esteve – nem pretendeu estar – vocacionado para uma intervenção que tomasse o livro e a edição como foco predominante. O Estado Novo nunca chegou a criar uma entidade com este foco específico, contrastando esta circunstância com outras realidades nacionais comparáveis do ponto de vista histórico-político e cultural com a portuguesa, avultando como exemplos os casos espanhol e brasileiro.<sup>7</sup>

## Referências bibliográficas

- Actividade Editorial do Estado: Catálogo da Exposição*. 1969. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Acciaiuoli, Margarida. 2013. *António Ferro, a Vertigem da Palavra. Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizâncio.
- Botrel, Jean-François. 2008. *Libros y Lectores en la España del Siglo XX*. Rennes: ed. autor.
- Bragança, Aníbal. «As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967)». *Matrizes*, ano 2, n.º 2 (2009): 221-246, <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97/152>.
- Ferro, António. 1934. *Espírito. Revista de Cultura/Bandarra: Semanário Literário*. Lisboa, anteprimeiro número (30 de Junho): 1-4.
- Ferro, António. 1935. *A Política do Espírito e os Prémios Literários do SPN. Discurso Pronunciado em 21.02.1935*. Lisboa: SPN.
- Ferro, António. 1943. *Dez Anos de Política do Espírito, 1933-1943*. Lisboa: SPN.
- Ferro, António. 1948. *Política do Espírito: Apontamentos para Uma Exposição*. Lisboa: SNI.

---

<sup>7</sup> O ano de 1935 viu surgir em Espanha o Instituto del Libro Español pelo governo republicano, aparecendo poucos anos depois, em 1941 e já no regime franquista, o Instituto Nacional del Libro Español (Martínez Martín 2001; Martínez Martín, Martínez Rus e Sánchez García 2004; Botrel 2008). Em 1937, o governo brasileiro instituiu o Instituto Nacional do Livro (INL 1987; Bragança 2009).

- Ferro, António. 1950. *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa: SNI.
- Instituto Nacional do Livro. 1987. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987. 50 Anos de Publicações*. Brasília: INL.
- Martínez Martín, Jesús Antonio, ed. 2001. *Historia de la Edición en España (1836-1936)*. Madrid: Marcial Pons.
- Martínez Martín, Jesús Antonio, Ana Martínez Rus e Raquel Sánchez García. 2004. *Los Patronos del Libro: las Asociaciones Corporativas de Editores y Libreros*. Gijón: Trea.
- Medeiros, Nuno. 2010a. *Edição e Editores: o Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Medeiros, Nuno. 2010b. «Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo». In *O Estado Novo em Questão*, eds. Nuno Domingos e Victor Pereira. Lisboa: Edições 70.
- Medeiros, Nuno. «Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português». *Escrita da História*. Vol. 1, n.º 2 (2015): 15-48, <http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/reh/article/view/45>.
- Medeiros, Nuno. 2018. *O Livro no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Outro Modo.
- Ó, Jorge Ramos do. 1999. *Os Anos de Ferro: o Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*. Lisboa: Estampa.
- Paulo, Heloísa. 1994. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Minerva: Coimbra.
- Pinto, António Costa. 2000. «Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI)». In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IX, eds. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa e Porto: Figueirinhas.
- Reis, Carlos. 1996. «A produção cultural entre a norma e a ruptura». In *Portugal Contemporâneo*. Vol. 2, ed. António Reis. Lisboa: Alfa.
- Rendeiro, Margarida. 2010. *The Literary Institution in Portugal since the Thirties: An Analysis under Special Consideration of the Publishing Market*. Berna: Peter Lang.
- Ribeiro, António Manuel. «Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Coleção 'Pátria' de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)». *Revista de História das Ideias*. Vol. 16 (1994): 161-192.
- Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. 1948. *Catálogo Geral das Edições SNI, 1933-1948*. Lisboa: SNI.
- Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. 1966. *Trinta e Dois Anos de Política do Espírito: Exposição dos Prémios do SNI. Literatura, Artes Plásticas, Música, Teatro, Cinema (1934-1966)*. Lisboa: SNI.
- Trindade, Luís. 2008. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.